

# A PRODUÇÃO DE DISSERTAÇÕES EM ADMINISTRAÇÃO SOBRE SUSTENTABILIDADE NAS REGIÕES NORTE E CENTRO-OESTE

## THE PRODUCTION OF THESES AND DISSERTATIONS IN THE ADMINISTRATION ABOUT SUSTAINABILITY IN NORTH AND CENTRAL-WEST REGIONS

### Celso Machado Júnior

Professor do Programa de Pós-graduação em Administração no Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – São Paulo (SP), Brasil.

Data de recebimento: 30-01-2013

Data de aceite: 06-12-2013

### Maria Tereza Saraiva de Souza

Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro Universitário da FEI – São Paulo (SP), Brasil.

### William Nunes da Silva

Aluno de Mestrado da Universidade São Caetano do Sul – São Caetano do Sul (SP), Brasil.

### Luiz Valdeci Primolan

Professor Mestre do curso de Administração da Universidade Nove de Julho – São Paulo (SP), Brasil.

### Iara Regina dos Santos Parisotto

Doutora em Administração. Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da FURB – Universidade Regional de Blumenau – Blumenau (SC), Brasil.

## RESUMO

Esta pesquisa objetivou identificar as características da produção de dissertações em Administração na área de sustentabilidade nas Regiões Centro-Oeste e Norte. Trata-se de uma pesquisa bibliométrica que utilizou a estatística descritiva para o tratamento e análise dos dados. A pesquisa identificou 5 Instituições de Ensino Superior (IESs) localizadas nessas Regiões com programas *stricto sensu* no período de 1998 a 2009, com 253 dissertações defendidas no período. Desse total, foram encontradas 32 dissertações em sustentabilidade, predominantemente na dimensão social, concentradas em 2 IESs. Há uma predominância de dissertações voltadas para a dimensão social em relação à dimensão ambiental. Os trabalhos socioambientais surgem somente a partir de 2007. Constatou-se somente instituições públicas pesquisando estes temas no *stricto sensu* em Administração nas Regiões Norte e Centro-Oeste.

**Palavras-chave:** gestão ambiental; gestão social; indicadores de sustentabilidade; instituição de ensino superior; pesquisa e ensino em administração.

## ABSTRACT

This research aimed to identify the characteristics of the production of dissertations in the area of sustainability management in the Central-West and North Regions in Brazil. This bibliometric study used the descriptive statistics for the processing and analysis of data. The research identified five Higher Education Institutions (HEIs) located in these regions with *stricto sensu* programs in the period 1998-2009, with 253 dissertations in the period. Of this total, 32 were found in dissertations and sustainability, predominantly in the social dimension, concentrated in two institutions. There is a predominance of dissertations focused on the social dimension in relation to the environmental dimension. The environmental work arise only from 2007. It was found only public institutions researching these topics in *stricto sensu* in administration in the North and Central-West Regions.

**Keywords:** environmental management; social management; sustainability indicators; higher education institution; research and education in management.

### Endereços dos autores:

**Celso Machado**  
celsomachado1@gmail.com

**William Nunes da Silva**  
williamnunesp@hotmail.com

**Iara Regina dos Santos Parisotto**  
iaraparisotto@hotmail.com

**Maria Tereza Saraiva de Souza**  
mariaterezasaraivas@gmail.com

**Luiz Valdeci Primolan**  
lprimolan@uol.com.br

## 1. INTRODUÇÃO

A grande dimensão territorial do Brasil estabelece um contexto de diferentes realidades locais, o que, em muitos casos, torna possível o entendimento de acentuados contrastes. Tal contraste de realidades apresenta-se, entre outros fatores, na atividade econômica, nas preocupações ambientais e na oferta de cursos de pós-graduação em Administração.

A divisão do Estado brasileiro em territórios, que representam áreas de superfície terrestre, constitui-se em uma abordagem possível que facilita a interpretação da realidade de comunidades que compartilham interesses e problemas comuns. Apesar de os territórios serem delimitados por áreas de superfície, apresentam características de similaridade, decorrentes dos fenômenos de desenvolvimento de suas economias. Entre os territórios brasileiros, dois apresentam proximidades que possibilitam o estabelecimento de um entendimento comum de interesse, a saber: a Região Centro-Oeste, formada pelos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e o Distrito Federal; e a Região Norte, composta pelos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, e Tocantins. Essas Regiões assemelham-se por possuírem importantes biomas, o Cerrado na Região Centro-Oeste e a Floresta Amazônica na Região Norte, e por apresentarem baixa concentração de atividades industriais, no comparativo com a Região Sudeste, e grande pressão de expansão econômica ligada ao agronegócio. De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010), essas duas Regiões também lideram o *ranking* de crescimento populacional no país, o que aumenta a pressão ambiental sobre o Cerrado e a Amazônia, colocando em risco a sua preservação.

Diante de estudos anteriores sobre a formação de administradores voltada para questões ambientais, ainda é possível observar uma carência na produção de artigos que consubstanciem esse tema. Em pesquisa desenvolvida por Jabbour, Santos e Barbieri (2008) que levantou dados de artigos publicados no período de 1996 a 2005, observou-se que em uma amostra de 1.785 trabalhos abarcando a produção acadêmica, apenas 41 tratavam da temática focada na Gestão Ambiental.

Nesse contexto, destaca-se a necessidade do desenvolvimento de estratégias pedagógicas inovadoras. “Os questionamentos acerca da crise ambiental ora vivenciada e as diferentes concepções acerca do que vem a ser meio ambiente tem apresentado repercussão direta no campo educacional [...]” (MAKNAMARA, 2009, p. 56). Sobre a inserção do tema de Gestão Ambiental tanto na formação quanto na mudança de comportamento dos futuros administradores, Gonçalves-Dias et al. (2009) ressaltam que apenas as discussões em sala de aula não são suficientes para que os alunos demonstrem interesse pelo meio ambiente. Nesse aspecto, a necessidade de uma análise na forma de aplicação do tema ambiental e o envolvimento dos professores são fundamentais para que ocorra uma mudança no comportamento em relação ao meio ambiente.

Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Administração ainda se apresentam de forma incipiente nessas Regiões, com baixa oferta de mestrados e doutorados, principalmente com foco destinado à área socioambiental. A existência de cursos pós-graduação *stricto sensu* que possibilitem a formação de pesquisadores com enfoque socioambiental nessas Regiões pode se constituir em um importante agente tanto para a interpretação de fenômenos em andamento quanto para o estabelecimento de abordagens que possibilitem o desenvolvimento econômico sustentável. O atual desenvolvimento econômico dessas Regiões não reflete o potencial dos recursos disponíveis, condição que pode favorecer um crescimento econômico acelerado e dissonante das questões ambientais.

No bojo do desafio de possibilitar o desenvolvimento econômico sustentável das Regiões Centro-Oeste e Norte, os estudos realizados nos cursos de pós-graduação em Administração se apresentam como potenciais elementos contributivos para o entendimento dos processos socioeconômico-ambientais em curso. Emerge, assim, a seguinte questão de pesquisa: como os cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Administração contribuem para a formação de docentes e pesquisadores na área de sustentabilidade nas Regiões Centro-Oeste e Norte?

Dessa forma, esta pesquisa objetivou identificar as características da produção de dissertações dos cursos de pós-graduação em Administração na área de sustentabilidade nas Regiões Centro-Oeste e Norte.

## 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica aborda as dimensões do desenvolvimento sustentável e a importância do ensino da sustentabilidade para a formação dos futuros administradores com consciência socioambiental.

### 2.1. A sustentabilidade como um importante componente do desenvolvimento local

Após a constatação de que os recursos naturais são esgotáveis e que pode haver uma degradação irreparável do meio ambiente, aliada a um crescimento social desigual, emerge o entendimento da dificuldade de continuar o processo de desenvolvimento econômico sem levar em consideração o meio ambiente e a sociedade. Tal cenário favorece o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável. Assim, o equilíbrio entre o crescimento econômico, o desenvolvimento social e a conservação do meio ambiente são variáveis que devem ser consideradas para se alcançar o desenvolvimento sustentável (VIEIRA; LIMA; BARROS, 2008).

Desde o início do século 21, o termo sustentabilidade vem sendo explorado com maior profundidade tanto pelas organizações privadas quanto pelos órgãos públicos. Entre as propostas existentes para efetivar o conceito de desenvolvimento sustentável dentro das organizações, a que apresenta a junção das questões sociais, ambientais e econômicas aparece como a mais exitosa (CARVALHO; BARBIERI, 2009). Assim, ao comprometer-se com o desenvolvimento sustentável, a empresa, primeiramente, deve mudar a sua maneira de atuar, para reduzir os impactos ambientais e sociais (BARBIERI et al., 2010).

Vasconcelos, Andrade e Cândido (2009) afirmam que para as ações e os projetos serem efetivos e sustentáveis, são indispensáveis a participação e integração dos atores sociais e um envolvimento maior das organizações, condições que favorecem o compartilhamento de objetivos comuns, originados da reflexão e compreensão dos problemas ambientais.

Ser prudente com o meio ambiente e fazer uso correto dos recursos naturais é um fator importante para praticar a sustentabilidade (VEIGA, 2005). Os cuidados com o meio ambiente vão além das fronteiras empresariais, visto que afetam, direta e indiretamente,

todos os modos de vida e de produção do planeta. Nesse âmbito, as questões externas devem ser vistas e compreendidas tanto pelo setor público quanto pelo setor privado (MIRANDA, 2007).

Para Vasconcelos, Andrade e Cândido (2009), a reflexão sobre a relação da sociedade com o meio ambiente é indispensável, pois por meio dela é possível construir novos padrões de consumo baseados nos recursos disponíveis. Nesse sentido, para priorizar o novo perfil de desenvolvimento econômico com enfoque na sustentabilidade, as inter-relações do meio ambiente com o meio social, com o papel dos atores envolvidos no processo, são fundamentais para a produção de conhecimento e, possivelmente, de um desenvolvimento sustentável (JACOBI, 2003).

Sob o ponto de vista evolutivo, Neto e Basso (2010) ressaltam a necessidade de uma análise objetiva dos problemas concretos, para que o desenvolvimento sustentável faça sentido. No entanto, não apenas as consequências ambientais devem ser analisadas, é preciso também analisar as consequências sociais. Nesse contexto, torna-se premente identificar qual parte da sociedade ou quais setores econômicos poderão ser prejudicados em razão da escolha de uma alternativa inadequada no processo do desenvolvimento. Assim, as mudanças de comportamento visando à busca de uma nova forma de desenvolvimento originam a necessidade de conscientização da sociedade sobre a situação ambiental e social em que se encontra. A partir dessa consciência, o retorno econômico passará a não ser a única meta, pois também incorporará os processos sociais existentes e a preocupação em conservar os recursos naturais (GUIMARÃES; FEICHAS, 2009).

Partindo-se de uma percepção mais ampla, não mais seria aceito um modelo de desenvolvimento que ignorasse a sustentabilidade. Dessa forma, os aspectos econômico, social e ambiental teriam de ser equilibrados, contrariando a ideia de associar o desenvolvimento apenas ao aspecto econômico (JATOBÁ; CIDADE; VARGAS, 2009).

As experiências de poderes locais que obtiveram sucesso, principalmente por parte da Administração dos municípios, revelam que a sustentabilidade ambiental ligada a resultados na esfera do desenvolvimento

econômico e social é possível, desde que haja interesse político para a viabilização das políticas governamentais pautadas nos princípios da sustentabilidade (JACOBI, 1999).

O avanço da temática sustentabilidade no setor público pode ser observado em estudo desenvolvido por Souza e Olivero (2010) que revela a existência de interesse de diversos órgãos, nas mais variadas esferas, em realizar licitações preocupadas com a sustentabilidade. As autoras revelam que, mesmo denominada como sustentável, a atenção das licitações com os temas ambientais aparece com maior prioridade, reduzindo o foco para as iniciativas sociais.

## 2.2. O desenvolvimento regional sustentável no Norte e Centro-Oeste

O início dos estudos das Regiões brasileiras, sob a ótica de suas características e da desigualdade, remete ao trabalho desenvolvido por Celso Furtado na década de 1950. Tal estudo se encontra expresso no relatório Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) elaborado para a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e foi publicado pelo autor na primeira edição da revista "Novos Estudos CEBRAP" (FURTADO, 1981), que, apesar do foco na Região Nordeste, possibilitou o entendimento do contraste existente entre as Regiões brasileiras. Na sequência, se destacam os trabalhos de Castro (1971) e Cano (1977), que possibilitaram o entendimento das diferenças regionais do Brasil. Mahar (1978) apresenta um dos primeiros estudos sobre desenvolvimento regional da Amazônia, resultante do incentivo fiscal e de grandes projetos implantados pelo governo. Goodman e Cavalcante (1974), em seu estudo, abordam o papel desempenhado pela infraestrutura e pelas políticas governamentais no crescimento agrícola do Centro-Oeste.

Na Região Norte, destaca-se a Amazônia brasileira, envolvida no processo de implantação de empresas destinadas à extração e à transformação industrial de minerais. Esse processo, que se iniciou em 1940, vem avançando continuamente ao longo das últimas décadas, em decorrência da maior demanda global por mercadorias minerais. Segundo Monteiro (2005), as atividades mínero-metalúrgicas, que buscam proporcionar um amplo desenvolvimento na Região,

apresentam limitações. O contexto que envolve essas atividades econômicas proporciona pouca importância às questões sociais, culturais e ecológicas locais.

Segundo Oliveira (1994), no período após o Golpe Militar de 1964, a Amazônia se destacou na doutrina de intervenção interna que focava o processo de ocupação da Região. Assim, se apresentavam políticas de desenvolvimento que articulavam interesses privados e apoio governamental expresso por uma ampla política de incentivos fiscais e creditícios. No ano de 1974, o Governo Federal criou o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia — Polamazônia —, que objetivava a implantação de polos de desenvolvimento regionais que possibilitassem o estabelecimento de cadeias produtivas. Alguns dos polos que integravam o Polamazônia eram Carajás, Trombetas e Amapá. Tal empreendimento demandou a necessidade de obras de infraestrutura, tais como a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, a linha de transmissão de energia da hidrelétrica até Barcarena (PA), além da infraestrutura viária e portuária.

Para dinamizar tanto a instalação quanto o início da operação dos projetos, o Governo Federal criou, em 1980, o Programa Grande Carajás (PGC), que se destinava a coordenar e acelerar os projetos em desenvolvimento na Região. Monteiro (2005) aponta os seguintes projetos beneficiados por essa iniciativa: o Projeto Ferro Carajás, a Albrás, a Alunorte, a Alumar, a Usina de Tucuruí, além de 22 empresas sidero-metalúrgicas que se dedicavam à produção de ferro-gusa, ferroligas e silício metálico.

Na década de 1980, houve a diminuição da centralização do processo de desenvolvimento, em decorrência do fim do Governo Militar, o que possibilitou a utilização de novos mecanismos de mediação dos interesses de diversos atores da sociedade em geral. Assim, o PGC foi extinto, além de ocorrer uma redução no sistema de renúncia fiscal que fomentava a Região.

Segundo Oliveira (1994), mudanças na legislação ambiental, incorporadas à Constituição de 1988, e uma legislação mais rigorosa repercutiram no processo de extração e industrialização dos recursos minerais. A obrigatoriedade de realizar o estudo de impacto, o licenciamento ambiental prévio e a recomposição do meio ambiente degradado pela mineração implicou

na reavaliação do processo de desenvolvimento em ação. Foi nesse período que ocorreu a promulgação da lei de crimes ambientais, que trata as questões de danos ambientais na esfera criminal, e não mais na esfera administrativa.

As atividades mineiro-metalúrgicas desenvolvidas nessa Região revelam a necessidade de reflexões sobre os processos de desenvolvimento local e seus respectivos impactos sobre a sociedade e o ambiente. Oliveira (1994) aponta como modelo para reflexão o passivo ambiental observado após o fechamento das primeiras minas de exploração industrial no Amapá. Passivo ambiental este evidenciado pela não recuperação das áreas degradadas pela mineração e contaminação de lençóis freáticos por arsênio, atribuído aos rejeitos produzidos pela usina de pelotização de minério de manganês da Icomi. Porto (2003) aponta a capacidade limitada de a mineiro-metalurgia impulsionar processos de desenvolvimento local, que não consolidou a pretendida cadeia de produção na Região de extração do minério.

O desenvolvimento da Região Centro-Oeste é marcado pela expansão da fronteira agrícola, em grande parte incentivada pela melhoria da infraestrutura a partir da década de 1950, com o programa de investimentos em transportes, energia e telecomunicações. Para Diniz (2001), a construção da cidade de Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960, exerceu uma forte influência no desenvolvimento da Região Centro-Oeste, com reflexos sobre as demais Regiões. O autor destaca que a implantação da nova capital do Brasil em um local, até então, com baixa densidade demográfica atuou como componente de dinamização da Região. Brasília também se destaca como nóculo de integração do sistema rodoviário, com estradas que ligam a cidade a: Belém (BR-010), Belo Horizonte (BR-040), São Paulo (BR-050), Cuiabá (BRs-060, 153, 364 e 070) e Salvador (BRs-020, 116 e 324), além da BR-163, que liga Cuiabá a Santarém. Somam-se a essas rodovias suas ramificações, que possibilitam a conexão com um grande número de outras cidades. Essa conectividade rodoviária permite o escoamento da produção agrícola da Região.

Os Estados da Região Centro-Oeste apresentaram desenvolvimento econômico em diferentes momentos. Primeiramente, na década de 1950, ocorreu o

desenvolvimento da pecuária de corte, a partir de uma frente paulista nos Estados de Mato Grosso do Sul e de Goiás. Em seguida, identificou-se o fluxo de gaúchos e paranaenses voltados ao cultivo do trigo e da soja. O Estado de Mato Grosso teve seu desenvolvimento em momento posterior e sob o impacto das mesmas frentes migratórias (IPEA; FJN, 1997).

Vale destacar que o movimento socioeconômico da Região Centro-Oeste se desenvolveu sob a influência de programas de incentivo estatal. Segundo Cunha (2006), o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodoeste), efetivado pela ação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), possibilitou a instalação de projetos desenvolvidos por grupos empresariais na Região; contudo, muitos desses empreendimentos tiveram problemas de uso indevido de dinheiro público. Esse processo de ocupação da Região foi possível graças ao desenvolvimento tecnológico, fator que possibilitou a exploração do agronegócio.

Para Cunha (2006), se a década de 1970 foi fundamental para a consolidação da estrutura produtiva e a urbanização da Região Centro-Oeste, a consequência inevitável dessas transformações foi o intenso fluxo migratório. Na década de 1980, ocorreu a alteração do perfil de exploração da terra. Os projetos de colonização da década de 1980 caracterizavam-se pelo assentamento de famílias em pequenas propriedades. O êxito desses projetos foi parcial por três fatores: em razão da qualidade da terra envolvida nessa etapa de colonização, pela dificuldade de acesso e escoamento da produção e pelas restrições ao crédito para os novos colonos. Segundo o autor, essa dinâmica de colonização gerou um grande número de novos municípios distantes geograficamente entre si, com uma população entre 20 e 50 mil habitantes, e com sensível déficit de infraestrutura que permanece até hoje.

Segundo Becker (2001), o desenvolvimento da Região, no final da década de 1990, assumiu novas características, com a implantação de uma agricultura altamente capitalizada e mecanizada e com a melhora genética das sementes da soja. Tal condição possibilitou a implantação da cultura da soja em regiões degradadas pela pastagem, mas que, em contrapartida, estabelecem a ameaça de desmatamento em regiões de mata virgem. Os últimos dados disponibilizados pelo

IBGE são de 2004 (IBGE, 2012a) e indicam que 29,3% de um total de 49,549 toneladas de soja plantadas no Brasil são apenas do Estado de Mato Grosso, que comporta ainda 7 dos 10 principais municípios produtores de soja. Não se identificou no respectivo *site* do IBGE o detalhamento dos dados por Região ou Estado.

Egler (2001) destaca que a pecuária na Região Centro-Oeste se constitui numa importante atividade econômica e exerce forte influência nas áreas florestais, com impactos tanto na questão indígena quanto no meio ambiente em geral. Os últimos dados disponibilizados pelo IBGE são de 2004 (IBGE, 2012b) e indicam que 34,8% de um total de 214.512.737 de bovinos do Brasil estão na Região Centro-Oeste, que comporta ainda 8 dos 10 principais municípios detentores de rebanho bovino.

Este estudo não se destina à análise dos dados do crescimento populacional e econômico das Regiões Centro-Oeste e Norte. No entanto, essas Regiões desempenham um papel de destaque na sociedade brasileira, principalmente nas questões sociais e ambientais que, associadas ao fator econômico, compõem a perspectiva da sustentabilidade da Região. As questões ambientais, originadas pela pecuária, pela agricultura e pela exploração dos minérios na Região, envolvem a pressão do desmatamento. Tais atividades impactam diretamente a biodiversidade local, composta pela Floresta Amazônica e pelo Cerrado. As questões sociais envolvem a influência dos processos migratórios, a mecanização dos processos econômicos e a não instalação de indústrias destinadas ao processamento do recurso produzido na própria Região, o que não fixa a população no local. É importante ressaltar que o agravamento das questões sociais pode, ainda, causar pressão extra nas questões ambientais.

Em tal construção socioambiental, que envolve as Regiões Centro-Oeste e Norte, emerge a importância de profissionais que exerçam sua atividade considerando a sustentabilidade do local. Nessa perspectiva, vale destacar, como exemplo, os profissionais que atuam no Turismo, na Gestão das Empresas, na Exploração dos Recursos Minerais, no Agronegócio e na Administração das cidades. Assim, desponta a necessidade da formação acadêmica na área de Administração com qualificação para atuar sob a perspectiva da sustentabilidade. Acrescenta-se também a esse contexto o trabalho de

pesquisa relevante dos profissionais pertencentes aos programas de *stricto sensu* de Instituições de Ensino Superior (IESs) da Região.

### 2.3. A inserção do tema sustentabilidade em IESs

As preocupações sociais e ambientais, envoltas em um possível crescimento econômico descontrolado, desnudam a necessidade de analisar a formação dos profissionais que atuam na gestão das empresas. Emanam, assim, a importância da atuação do administrador nas organizações, e sua respectiva formação, como uma ferramenta essencial no trato dos temas socioambientais.

A formação de administradores que incorporem o entendimento da sustentabilidade é uma medida a ser priorizada para a redução dos impactos da atividade econômica sobre o meio ambiente. Gonçalves-Dias et al. (2009) apontam que, mesmo considerando o avanço referente à inclusão dos temas ambientais nas grades curriculares, ainda existe muito a fazer no que se refere aos trabalhos de temas transversais; entre eles, é preciso haver uma modernização dos projetos didático-pedagógicos.

Para Gonçalves-Dias et al. (2009), é preciso discutir e apresentar as questões ambientais claramente para os alunos, mostrando-lhes que é possível desenvolver uma carreira na área ambiental. O autor destaca, ainda, a importância de os projetos pedagógicos evoluírem na tratativa da questão da sustentabilidade. Com o tema melhor abordado nos projetos pedagógicos, é possível superar o desafio da inclusão da dimensão ambiental e social nos cursos de Administração.

Apesar de constatada uma melhora no que diz respeito ao nível de formação dos docentes, é preciso saber se houve também uma evolução no método de ensino e avaliação desses profissionais. Assim, torna-se necessário questionar as práticas de docência, e não apenas o seu conteúdo (HOCAYEN-DA-SILVA; CASTRO; MACIEL, 2008). Dessa forma, os educadores não se restringem apenas ao objetivo de formar seus alunos para alcançarem o sucesso no mercado de trabalho, mas buscam uma expansão de horizontes cujo objetivo maior é que os profissionais atuem para reduzir os problemas socioambientais. Tal condição é possível mediante as mudanças que devem ser implantadas

no método de ensino e nos conteúdos ministrados (GONÇALVES-DIAS et al., 2009).

Com relação à área de responsabilidade social empresarial, o estudo de Moretti e Campanário (2009) mostrou que a produção acadêmica de anos anteriores é pouco utilizada nos anos seguintes. Os autores observaram a existência de uma grande repetição de livros e autores famosos, porém não relacionados ao tema, o que contribui pouco para o avanço científico na área. Existe também um domínio que reproduz as mesmas ideias, o que reforça nessa área temática a existência de uma zona de conforto intelectual.

Conforme Lima (2003), diante da importância do tema, a sustentabilidade no Brasil ainda é pouco discutida na literatura e nas práticas educacionais relacionadas ao meio ambiente. Já Souza, Barbieri e Csillag (2006) afirmam que, tendo em vista o crescente interesse pelas questões da sustentabilidade, várias pesquisas se aprofundam no processo de entendimento de suas características.

De acordo com Marcomin e Silva (2009), não podemos limitar a sustentabilidade apenas aos educadores e pesquisadores, a Instituição de Ensino Superior (IES) precisa tratar da Educação Ambiental (EA) também externamente, assumindo a consciência de suas responsabilidades socioambientais. Nesse aspecto, Tauchen e Brandli (2006) ressaltam que a Gestão Ambiental vem ganhando espaço no meio empresarial e, além de atingir várias camadas e setores da sociedade, acaba por envolver também o campo do ensino, em busca da consciência ambiental. No entanto, as práticas observadas nas IESs ainda se apresentam de forma modesta para a formação de profissionais.

Maciel, Hocayen-da-Silva e Castro (2008) afirmam que a qualidade do ensino depende do apoio das IESs na qualificação dos docentes, mas para isso é preciso existir um apoio de natureza social, não se limitando apenas aos recursos econômicos e temporais.

Para Gonçalves-Dias et al. (2009), a variação do modo como os temas referentes ao meio ambiente são aplicados nas IESs surge, muitas vezes, pela iniciativa de professores, ao introduzirem esses temas em suas disciplinas, ou pela criação de cursos, principalmente de pós-graduação. Nesse caso, originados

pelo envolvimento dos professores no programa a que pertencem, aliados a uma afinidade com as questões ambientais.

De acordo com Marcomin e Silva (2009), a degradação do meio ambiente, associada a problemas ainda não resolvidos, fez com que a universidade alargasse a sua responsabilidade social para uma responsabilidade ambiental.

Kirshbaum, Porto e Ferreira (2004) afirmam que, quando comparada com a comunidade norte-americana, no Brasil a quantidade de temáticas a serem pesquisadas, partindo da comunidade, é muito pequena. Segundo os autores, isso decorre do fato de os pesquisadores brasileiros deixarem afluir seus interesses pessoais no momento de decisão do objeto de pesquisa.

Administradores com maior preocupação para com a sociedade e com o meio ambiente estabelecem um importante avanço para o desenvolvimento sustentável. Esses profissionais serão tanto os agentes decisórios nas organizações quanto “formadores de opinião”, para além das fronteiras das organizações. Assim, esta pesquisa focou o interesse nas atividades das IESs na produção de estudos sobre o tema sustentabilidade, por meio da análise das características da produção de dissertações nas Regiões Centro-Oeste e Norte.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa consiste em uma análise bibliométrica, com abordagem quantitativa e descritiva. As análises da produção científica, como das dissertações de mestrado realizadas neste estudo, constituem objeto da bibliometria (ZHAO, 2006). Francisco (2011) propõe a utilização de métodos quantitativos para investigar a comunicação científica. Neste estudo foi utilizada a estatística descritiva no tratamento e análise dos dados das dissertações na área socioambiental das Regiões Centro-Oeste e Norte.

A coleta de dados teve início em agosto de 2010 e foi concluída em fevereiro de 2011, por meio de pesquisa documental. De acordo com Bardin (2010), a análise documental representa o conteúdo de um documento sob uma forma diferente

da original, facilitando o entendimento e o acesso à informação. Dessa forma, as informações foram buscadas na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em 2010, particularmente nas dissertações de programas de pós-graduação *stricto sensu* em Administração existentes nas Regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil.

Na página introdutória da CAPES foram levantados os cursos recomendados e reconhecidos na grande área de Administração (formada pelos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Turismo), porém abarcando apenas os cursos de *stricto sensu* na área de Administração.

O período de levantamento dos dados equivale a quatro triênios de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da CAPES, com início no ano de 1998 e término em 2009. O ano inicial do período (1998) foi escolhido por se tratar do primeiro ano em que a CAPES disponibilizou as informações. A escolha do ano término do período (2009) ocorreu por se tratar do ano em que se completou o quarto triênio de avaliação e também o ano que antecedeu o início da realização da pesquisa.

Os dados levantados na pesquisa são de IESs, públicas e privadas, localizadas nas Regiões Centro-Oeste e Norte, que possuíam cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Administração reconhecidos e recomendados pela CAPES no período de 1998 a 2009. Dessa forma, foram identificadas cinco IESs, sendo três públicas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Universidade de Brasília e a Universidade Federal de Rondônia, e duas IESs particulares, a Universidade da Amazônia e o Centro Universitário Euro-Americano. A localização dos dados é possível acessando os cadernos de indicadores na opção "Avaliação – caderno de indicadores", do portal da CAPES.

O procedimento de análise dos dados iniciou-se com uma leitura a partir da qual foram identificados 13.656 títulos de dissertações em todas as Regiões do Brasil. Uma vez identificados, foi feita nova leitura classificando apenas os títulos que tratavam das Regiões Centro-Oeste e Norte, o que originou uma

quantia de 253 títulos de dissertações. Em seguida, os títulos foram classificados de maneira a encontrar palavras-chave que se relacionassem com o tema sustentabilidade, considerando os aspectos ambientais, sociais e socioambientais. Após a classificação, foram encontrados 32 títulos, sendo 4 trabalhos na dimensão ambiental, 23 na social e 5 trabalhos abordando, de forma consubstanciada, a dimensão social e a ambiental da sustentabilidade.

A busca desenvolvida nos títulos utilizou descritores específicos para cada uma das dimensões em estudos. Os descritores da dimensão ambiental foram: Análise de Riscos Ambientais, Avaliação do Ciclo de Vida, Cadeia de Suprimentos Verde, Conflitos Ambientais, Contabilidade Ambiental, *Ecodesign*, Ecoeficiência, Economia Ambiental, Educação Ambiental, Energias Alternativas, Gestão Ambiental, Gestão de Resíduos, Inovação Ambiental, Legislação Ambiental, Marketing Verde, Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, ONG Ambiental, Produção mais Limpa, Recursos Florestais, Recursos Hídricos, Responsabilidade Ambiental, Rotulagem Ambiental, Sistema de Gestão Ambiental, Sustentabilidade Empresarial e Turismo Sustentável.

Os descritores da dimensão social foram: Arranjo Produtivo Local, Balanço Social, Cooperativismo, Desenvolvimento Social, Diversidade nas Organizações, Economia Solidária, Ética, Geração de Emprego e Renda, Gestão Social, Governança Corporativa, Inclusão Digital, Marketing Social, Mercado de Baixa Renda, Mercado Voltado à Terceira Idade, Política e Indicadores Sociais, Responsabilidade Social, Terceiro Setor e Movimentos Sociais, Voluntariado nas Organizações e Vulnerabilidade e Exclusão Social.

Os descritores da dimensão social foram: Conflitos Socioambientais, Desenvolvimento Sustentável, Responsabilidade Socioambiental, Sustentabilidade Empresarial e Turismo Sustentável e Ecoturismo.

O *software* Microsoft Excel 2007 foi o programa escolhido para o armazenamento e a tabulação das planilhas. A contagem e a análise dos dados foram realizadas por meio da estatística descritiva, utilizando como principal recurso a distribuição de frequência e a média para apresentar e analisar os seguintes dados:

a evolução comparativa do total de dissertações na área de Administração em todo o Brasil e o comparativo com as Regiões Centro-Oeste e Norte; o total do Brasil e o número de dissertações defendidas nas dimensões ambiental, social e socioambiental e o seu respectivo somatório; e os principais temas das dissertações apresentadas. Para evitar que os números absolutos gerassem interpretações errôneas, foi utilizada a análise percentual.

#### 4. RESULTADOS DA PESQUISA

A Figura 1 apresenta a evolução comparativa do total de dissertações na área de Administração em todo o Brasil e o comparativo com as Regiões Centro-Oeste e Norte. Adicionalmente, apresenta-se a quantidade de trabalhos que abordaram o tema da sustentabilidade. Os dados contemplam o período do levantamento realizado, de 1998 a 2009.

A Tabela 1 apresenta o percentual de dissertações das Regiões Norte e Centro-Oeste comparado com o total do Brasil e o número de dissertações defendidas nas dimensões ambiental, social e socioambiental e o seu respectivo somatório.

Os dados mostram uma evolução quantitativa aleatória ao longo do período de análise. No entanto, a partir de 2006, a participação das Regiões Norte e Centro-Oeste se manteve percentualmente igual ou superior ao valor da média, comportamento que caracteriza um perfil evolutivo de participação dessas Regiões em relação ao total em torno de 1,9%.

A quantidade de dissertações na área de sustentabilidade também se apresentou de forma aleatória, mas a partir de 2006 (com oito trabalhos) observa-se um maior interesse nessa área. O ano de 2008, com nove trabalhos na área de sustentabilidade, se destaca como o de maior ocorrência. Os anos de 2007 (três trabalhos) e 2009 (quatro trabalhos) apresentaram desempenho superior no comparativo aos anos que antecederam 2006, mas inferiores a 2006 e 2008. Como o volume de dissertações se manteve praticamente constante a partir de 2006 e o de trabalhos voltados para a área de sustentabilidade cresceu, pode-se inferir que, nessas Regiões, há maior interesse pelo estudo da sustentabilidade, mesmo com a baixa quantidade de trabalhos realizados.

No período de análise, a dimensão ambiental apresentou 4 trabalhos, a dimensão socioambiental, 5 e a

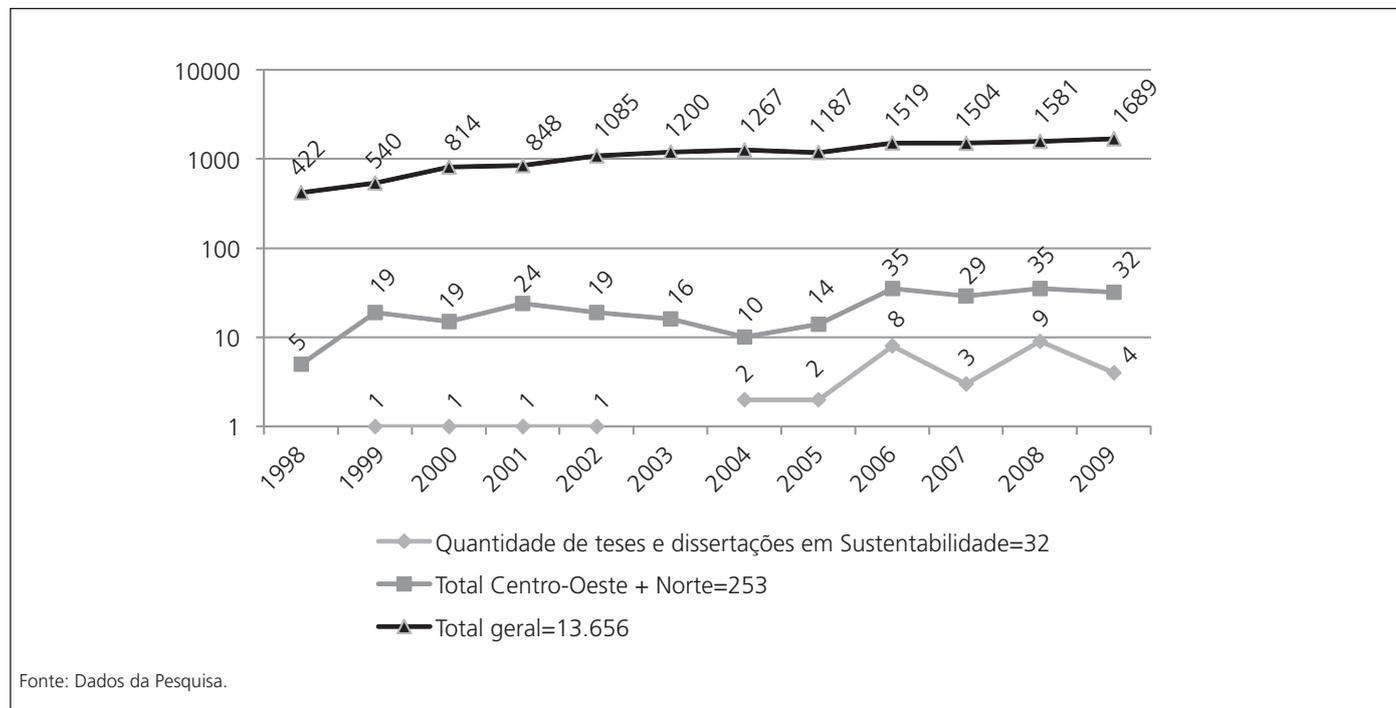


Figura 1: Evolução das dissertações na área ambiental.

dimensão social, 23. Esse perfil caracteriza a dimensão social como a de maior interesse nas Regiões do estudo. Destaca-se que a dimensão social foi a que mais influenciou o crescimento do desempenho observado nos anos de 2006 (sete trabalhos na dimensão social) e 2008 (seis trabalhos na dimensão social). O ano de 2009 foi o único em que se observou um predomínio de trabalhos na dimensão ambiental (dois) em relação à social (um).

A dimensão sustentabilidade foi subdividida em vários temas que nortearam os agrupamentos de palavras-chave em categorias, como mostra a Figura 2.

Os dados mostram uma predominância de dissertações voltadas para a dimensão social da sustentabilidade. A dimensão social apresentou os seguintes temas de interesse: Responsabilidade Social, Desenvolvimento Social, Governança Corporativa, Gestão Social, Terceiro Setor e Movimentos Sociais, Arranjo Produtivo Local, Cooperativismo, Economia Solidária, Vulnerabilidade e Exclusão Social. A dimensão ambiental apresentou os seguintes temas: Contabilidade Ambiental, Gestão Ambiental, Gestão de Resíduos, e Recursos Florestais. A dimensão socioambiental apresentou os seguintes temas: Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade Empresarial. Assim, a dimensão social representou 70% do total; a dimensão socioambiental, 17%; e a dimensão ambiental, 13%.

As dissertações ocorrem como atividades desenvolvidas nas IESs, a produção destas instituições é apresentada na Tabela 2.

Os dados mostram uma grande concentração de trabalhos (207 teses e dissertações) na Universidade de Brasília, que, por sua vez, representa, aproximadamente, 82% dos trabalhos da Região; a Universidade Federal de Rondônia (41 dissertações) aparece em seguida com, 16% dos trabalhos. Essas duas instituições representam 98% do total das Regiões. A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2 dissertações) e o Centro Universitário Euro-Americano (3 dissertações) possuem uma pequena participação, enquanto na Universidade da Amazônia não houve defesa de trabalhos nesse período. O Centro Universitário Euro-Americano não aparece em 2010 na relação de IES da CAPES (2010) como curso recomendado e reconhecido, fato este provavelmente relacionado ao descredenciamento do respectivo programa. Nessa situação apenas a Universidade da Amazônia permanece como IES particular com pós-graduação *stricto sensu* em Administração na Região Norte e Centro-Oeste. Vale destacar que as IESs que apresentam maior participação são as que oferecem programas *stricto sensu* em Administração há mais tempo, a Universidade de Brasília desde 1976, com o mestrado acadêmico, e a Universidade Federal de Rondônia desde 2006.

**Tabela 1:** Percentual de dissertações das Regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil.

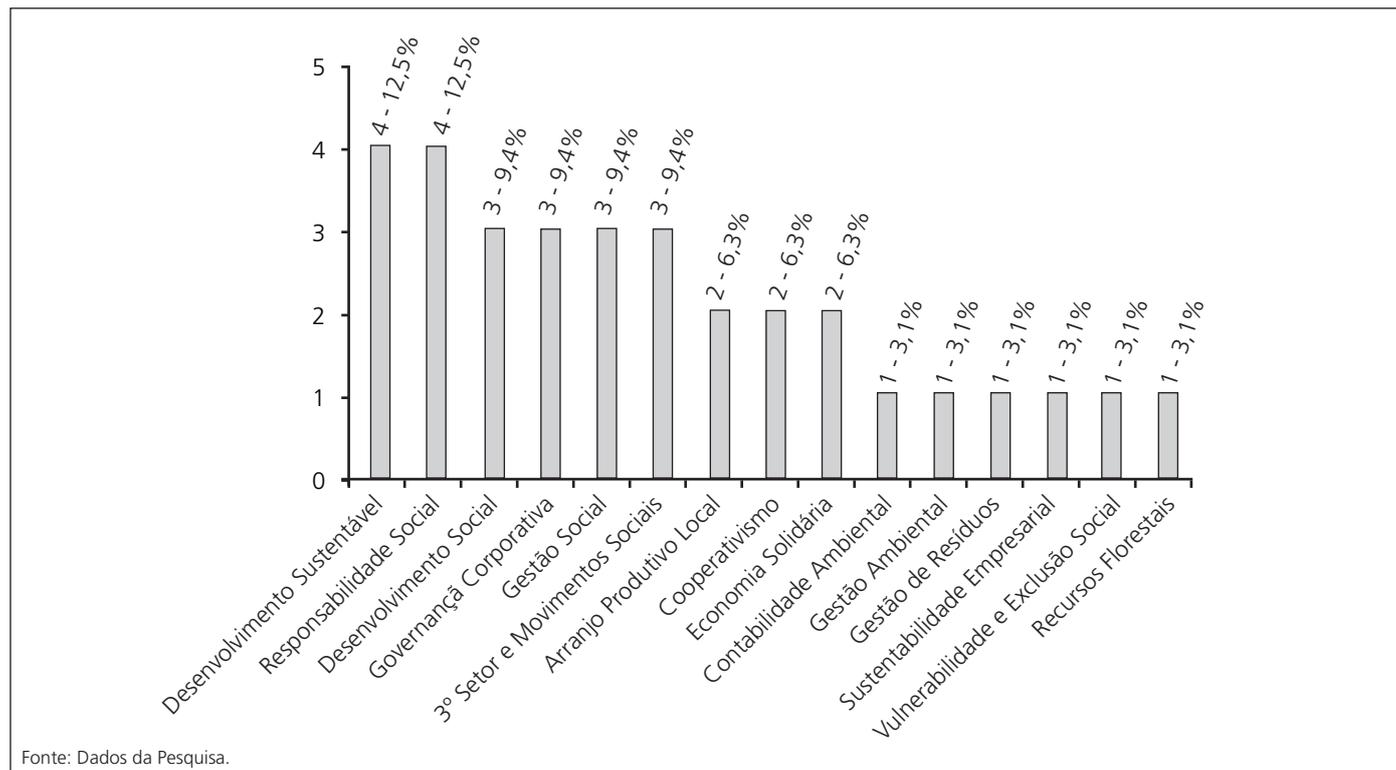
Ano	Total geral	Total Norte+Centro-Oeste	Perc. Norte+Centro-Oeste	Dimensão ambiental	Dimensão socioambiental	Dimensão social	Quantidade de dissertações de sustentabilidade
1998	422	5	1,2				0
1999	540	19	3,5			1	1
2000	814	15	1,8			1	1
2001	848	24	2,8	1			1
2002	1.085	19	1,8			1	1
2003	1.200	16	1,3				0
2004	1.267	10	0,8			2	2
2005	1.187	14	1,2			2	2
2006	1.519	35	2,3	1		7	8
2007	1.504	29	1,9		1	2	3
2008	1.581	35	2,2		3	6	9
2009	1.689	32	1,9	2	1	1	4
Total	13.656	253	1,9	4	5	23	32

Fonte: Dados da pesquisa.

Os trabalhos na dimensão da sustentabilidade também estão concentrados na Universidade de Brasília (20 trabalhos), com 62,5%, e na Universidade Federal de Rondônia (12 trabalhos), com 37,5%.

A Universidade de Brasília é a única instituição que apresenta, além do programa de mestrado acadêmico, o doutorado e o mestrado profissional, que,

somados ao tempo de reconhecimento do programa pela CAPES, se constituem em variáveis que colaboram para a existência de um maior número de trabalhos nessa instituição. Dos trabalhos apresentados em sustentabilidade, 23 (72%) foram no mestrado acadêmico e 9 (28%) foram no mestrado profissional; logo, não há teses que tratam da temática de sustentabilidade nas Regiões Centro-Oeste



**Figura 2:** Distribuição dos trabalhos da dimensão sustentabilidade.

**Tabela 2:** Desempenho das IESs em relação às defesas de dissertação sobre sustentabilidade.

IES	Est.	Reg.	Regime	Sustentabilidade					Ano de início	Cursos oferecidos
				Quantidade de Trabalhos	Ambiental	Social	Socioambiental	Total		
UFMS	MS	CO	Pública	2					2008	Mestrado
UNAMA	PA	NO	Particular	0					2009	Mestrado
UNB	DF	CO	Pública	207	2	17	1	20	1996	Mest., Dout. e M. Prof.
UNIEURO	DF	CO	Particular	3					2007	Mestrado
UNIR	RO	NO	Pública	41	2	6	4	12	2006	Mestrado
<b>TOTAL</b>				<b>253</b>	<b>4</b>	<b>23</b>	<b>5</b>	<b>32</b>		

Fonte: Dados da pesquisa.

Notas: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Universidade da Amazônia, Universidade de Brasília, Centro Universitário Euro-Americano e Universidade Federal de Rondônia.

e Norte do Brasil em programas *stricto sensu* no período analisado.

As IESs dessas Regiões receberam apenas 11 bolsas de estudo, valor que corresponde a 4,35% do total no comparativo com a média nacional de 28,4%, o que possibilita observar que as referidas Regiões receberam menor incentivo que a média nacional. Destas 11 bolsas de estudo, apenas 2 destinavam-se a pesquisadores da área de sustentabilidade, estabelecendo um percentual de 18,2%.

## 5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados mostraram uma evolução quantitativa tanto do total de teses e dissertações, a partir de 2006, quanto da temática da sustentabilidade, a partir de 2004, com destaque positivo para os anos de 2006 e 2008. Estes dados apontam a participação das IESs como atores na produção de desenvolvimento sustentável, conforme proposto por Jacobi (2003), mesmo que de forma ainda modesta. O acréscimo de trabalhos em sustentabilidade também vai ao encontro da afirmação de Souza e Olivero (2010) de que há crescimento da importância das questões ambientais e sociais nas IESs.

A maior participação das dissertações na dimensão social da sustentabilidade evidencia que essa temática possui maior foco de atenção na Região Centro-Oeste e Norte, se comparada com a dimensão ambiental (com quatro trabalhos) e com a dimensão socioambiental (cinco trabalhos). Esse cenário não corrobora os estudos desenvolvidos por Tauchen e Brandli (2006), que apontam para um maior interesse na dimensão ambiental da sustentabilidade. O fato de 2009 apresentar dois dos quatro trabalhos na dimensão ambiental pode demonstrar uma tendência, a ser observada em estudos futuros, de acréscimo desse interesse.

Uma das razões do percentual reduzido de dissertações nessa área deve-se ao fato de as IESs não possuírem áreas de concentração voltadas especificamente à sustentabilidade, destacando-se apenas as seguintes áreas: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Gestão do Agronegócio, Universidade da

Amazônia – Estratégia em organizações, Universidade de Brasília – Gestão Organizacional, Centro Universitário Euro-Americano – Comportamento Organizacional e Inovação, Universidade de Rondônia – Gestão de Organizações. Dessa forma, um dos motivos de surgirem algumas dissertações sobre o tema deve-se ao interesse de discentes, autores desses trabalhos, ou de docentes, orientadores dessas dissertações, em atuar nessa área. Observa-se que o tema decorre do interesse de pesquisadores, condição esta que vai ao encontro das conclusões de Gonçalves-Dias et al. (2009), que posicionam o pesquisador como agente de inserção da temática sustentabilidade no sistema de ensino. Outro fator de inserção da temática da sustentabilidade decorre da oferta de programas específicos voltados para essa área. Assim, pode-se constatar a observação realizada por Kirshbaum, Porto e Ferreira (2004) de que no Brasil, diferentemente dos EUA, uma parcela significativa da pesquisa se origina de interesse pessoal do pesquisador.

A partir de 2007, observou-se a presença de trabalhos que abarcam, de forma simultânea, a dimensão social e a ambiental, corroborando a proposição de Marcomin e Silva (2009).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi identificar as características da produção de dissertações dos cursos de pós-graduação em Administração na área de sustentabilidade nas Regiões Centro-Oeste e Norte. A análise das dissertações dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Administração mostra um maior interesse pela questão da sustentabilidade nos últimos quatro anos, visto que essas publicações apresentaram um percentual de participação superior a 1,9% referente a todo o período de análise – 1998 a 2009.

Os dados mostram uma predominância de dissertações voltadas para a dimensão social em relação à dimensão ambiental. Os trabalhos socioambientais, ou seja, que consubstanciam as duas dimensões, surgem somente a partir de 2007. Essa combinação temática pode ser favorável à dimensão ambiental, já que apresenta menor participação na comparação com a questão social.

A constatação de que somente as IESs públicas atuam no *stricto sensu* em Administração nessas Regiões aponta para a necessidade de maior atenção governamental. A dependência do *stricto sensu* da IES pública gera no governo a necessidade de investimentos e auxílio à pesquisa, a fim de fomentar o desenvolvimento desses programas na Região.

A principal limitação deste estudo foi o tamanho da população, com a obtenção de apenas 253 títulos de teses e dissertações, o que limita o aprofundamento das questões tratadas. No entanto, não diminui a importância da pesquisa, pelo contrário, desnuda um cenário de atenção para futuros estudos na Região.

Recomenda-se que futuras pesquisas desenvolvam estudos de análise de conteúdo nas teses e dissertações,

a fim de se identificar se os temas abordados nessas dissertações estão relacionados ao contexto da sustentabilidade regional. É importante verificar também se em outras áreas do conhecimento há essa mesma carência de programas *stricto sensu* com linhas de pesquisa em sustentabilidade.

Por fim, vale destacar que a principal contribuição deste estudo foi desvendar lacunas na formação em sustentabilidade de docentes e pesquisadores da área de Administração em duas Regiões brasileiras com graves problemas socioambientais. Tal constatação indica a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas educacionais voltadas à equidade na distribuição dos cursos de *stricto sensu* no Brasil com linhas de pesquisas compatíveis às necessidades regionais.

## REFERÊNCIAS

BARBIERI, J. C.; VASCONCELOS, I. F. G.; ANDREASSI, T.; VASCONCELOS, F. C. Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. *Revista de Administração de Empresas – RAE*, v. 50, n. 2, p. 146-154, abr./jun. 2010.

BECKER, B. K. Fronteiras amazônicas no início do século XXI. In: SEMINÁRIO MUDANÇAS AMBIENTAIS GLOBAIS: PERSPECTIVAS BRASILEIRAS, 1., 2001. Campinas. *Anais...* Campinas: Nepo/Unicamp, 2001. Disponível em: <[www.cienciamao.usp.br/tudo/exibir.php?midia...](http://www.cienciamao.usp.br/tudo/exibir.php?midia...)>. Fronteiras>. Acesso em: 23 ago. 2011.

CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Campinas: Unicamp – Instituto de Economia, 1977.

CARVALHO, A. P.; BARBIERI, J. C. Inovação Para a Sustentabilidade: Ultrapassando a Produtividade do Sistema Convencional no Setor Sucro-Alcooleiro. In: SEMINÁRIO LATINO-IBEROAMERICANO DE GESTIÓN TECNOLÓGICA, 13., 2009, Cartagena. *Anais...* Cartagena: ALTEC, 2009.

CASTRO, A. B. *7 Ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1971.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Banco de Teses. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/serviços/banco-de-teses+>>. Acesso em: 29 nov. 2010.

CUNHA, J. M. P. Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso. *Revista Brasileira de Estudos da População*, v. 23, n. 1, p. 87-107, jan./jun. 2006.

DINIZ, C. C. A questão regional e as políticas governamentais no Brasil. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2001. Disponível em: <<http://www.fag.edu.br/professores/solange/PUR%20IV/BIBLIOGRAFIA%20APOIO/A%20QUEST%20C3O%20REGIONAL.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2011.

EGLER, C. A. G. Mudanças recentes no uso e na cobertura da terra no Brasil. In: SEMINÁRIO MUDANÇAS AMBIENTAIS GLOBAIS: PERSPECTIVAS BRASILEIRAS, 1., 2001. Campinas. *Anais...* Campinas: Nepo/Unicamp, 2001. Disponível em: <[http://www.laget.igeo.ufrj.br/egler/pdf/Uso\\_Completo.pdf](http://www.laget.igeo.ufrj.br/egler/pdf/Uso_Completo.pdf)>. Acesso em: 23 ago. 2011.

FRANCISCO, E. R. RAE-eletrônica: exploração do acervo à luz da bibliometria, geoanálise e redes sociais. *Revista de Administração de Empresas – RAE*, v. 51, n. 3, p. 280-306, 2011.

FURTADO, C. Uma política de desenvolvimento para o Nordeste. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 1, n. 1, p. 12-19, dez. 1981. Disponível em: <[http://www.centrocelsofurtado.org.br/adm/enviadas/doc/23\\_20060704231446.pdf](http://www.centrocelsofurtado.org.br/adm/enviadas/doc/23_20060704231446.pdf)>. Acesso em: 9 set. 2011.

## REFERÊNCIAS

- GONÇALVES-DIAS, S. L. F.; TEODÓSIO, A. S. S.; CARVALHO, S.; SILVA, H. M. R. Consciência Ambiental: um estudo exploratório sobre suas implicações para o ensino de Administração. *Revista de Administração de Empresas – RAE Eletrônica*, v. 8, n. 1, jan./jun. 2009.
- GOODMAN, D. E.; CAVALCANTI, R. C. Incentivos à industrialização e desenvolvimento do Nordeste. Rio de Janeiro: IPEA, 1974.
- GUIMARÃES, R. P.; FEICHAS, S. A. Q. Desafios na Construção de Indicadores de Sustentabilidade. *Ambiente & Sociedade*, v. 12, n. 2, p. 307-323, jul./dez. 2009.
- HOCAYEN-DA-SILVA, A. J.; CASTRO, M.; MACIEL, C. O. Perfil profissional e práticas de docência nos cursos de Administração: Por onde andam as novas tecnologias do ensino superior? *Revista de Administração Mackenzie – RAM*, v. 9, n. 5, p. 155-178, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico – 2010. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default\\_sinopse.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_sinopse.shtm)>. Acesso em: 09 set. 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Rebanho bovino no Brasil. Rio de Janeiro. 2011. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=499&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=499&id_pagina=1)>. Acesso em: 9 set. 2012a.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Plantação de soja no Brasil. Rio de Janeiro. 2011. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=498](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=498)>. Acesso em: 9 set. 2012b.
- IPEA/FJN. *Transformações recentes da fronteira agrícola e implicações para a dinâmica espacial do Brasil*. GALINDO FILHO, O. T. (Coord.). Recife, 1997.
- JABBOUR, C. J. C.; SANTOS, F. C. A.; BARBIERI, J. C. Gestão Ambiental Empresarial: um Levantamento da Produção Científica Brasileira Divulgada em Periódicos da Área de Administração entre 1996 e 2005. *Revista de Administração Contemporânea – RAC*, v. 12, n. 3, p. 689-715, jul./set. 2008.
- JACOBI, P. Poder local, Políticas Sociais e Sustentabilidade. *Saúde e Sociedade*, v. 8, n. 1, p. 31-48, 1999.
- \_\_\_\_\_. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.
- JATOBÁ, S. U. S.; CIDADE, L. C. F.; VARGAS, G. M. Ecologismo, Ambientalismo e Ecologia Política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. *Sociedade e Estado*, v. 24, n. 1, p. 47-87, jan./abr. 2009.
- KIRSHBAUM, C.; PORTO, E. C.; FERREIRA, F. C. M. Neo-Institucionalismo na produção acadêmica em Administração. *Revista de Administração de Empresas – RAE Eletrônica*, v. 3, n. 1, Art. 12, jan./jun., 2004.
- LIMA, G. C. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. *Ambiente & Sociedade*, v. 6, n. 2, p. 315-329, jul./dez., 2003.
- MACIEL, C. O.; HOCAYEN-DA-SILVA, A. J.; CASTRO, M. O Ideário de Escola na Ótica dos Docentes: Pura Subjetividade ou Padrões Estruturados de Cognição nos Cursos de Administração? *Revista de Administração Contemporânea – RAC*, v. 12, n. 3, p. 659-688, jul./set. 2008.
- MAHAR, D. *Desenvolvimento econômica do Amazônia*. Rio de Janeiro: IPEA, 1978.
- MAKNAMARA, M. Educação ambiental e ensino de Ciências em escolas públicas Alagoanas. *Contrapontos*, v. 9, n. 1, p. 55-64, jan./abr., 2009.
- MARCOMIN, F. E.; SILVA, A. D. V. Reflexões Acadêmicas: a sustentabilidade no ensino superior brasileiro: alguns elementos a partir da prática de educação ambiental na Universidade. *Contrapontos*, v. 9, n. 2, p. 104-117, maio/ago., 2009.
- MIRANDA, D. J. P. Permacultura: conceitos de sustentabilidade para o planejamento e desenvolvimento da gestão socioambiental. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 9., 2007, Curitiba, *Anais...* Curitiba: ENGEMA, 2007.
- MONTEIRO, M. A. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 53, p. 187-207, 2005.

## REFERÊNCIAS

- MORETTI, S. L. A.; CAMPANÁRIO, M. A. A Produção Intelectual Brasileira em responsabilidade Social Empresarial – RSE sob a Ótica da Bibliometria. *Revista de Administração Contemporânea – RAC*, v. 13, Edição Especial art. 5, p. 68-86, jun. 2009.
- NETO, B. S.; BASSO, D. A ciência e o desenvolvimento sustentável: para além do positivismo e da pós-modernidade. *Ambiente & Sociedade*, v. 13, n. 2, p. 315-329, jul./dez. 2010.
- OLIVEIRA, F. A reconquista da Amazônia. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. (Orgs.). *A Amazônia e a crise de modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.
- PORTO, J. L. R. *Amapá: principais transformações econômicas e institucionais – 1943 a 2000*. Macapá: Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Amapá (Setec), 2003.
- RICHARDSON, R. J.; PIRES, J. H. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989. 286 p.
- SOUZA, A. S.; BARBIERI, J. C.; CSILLAG, J. M. Sustentabilidade e competitividade: novas fronteiras a partir da gestão ambiental. *Revista Gerenciais*, v. 5, n. 1, p. 37-49, jan./jun. 2006.
- SOUZA, M. T. S.; OLIVERO, S. M. Compras Públicas Sustentáveis: um Estudo da Incorporação de Critérios Socioambientais nas Licitações do Governo do Estado de São Paulo. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 34., 2010, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2010.
- TAUCHEN, J. L.; BRANDLI, L. L. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. *Gestão e Produção*, v. 13, n. 3, p. 503-515, set./dez. 2006.
- VASCONCELOS, A. C. F.; ANDRADE, E. O.; CÂNDIDO, G. A. Indicadores de sustentabilidade e suas influências no desenvolvimento local: Uma aplicação em região produtora de mamona no Estado da Bahia. *Revista de Gestão Social e Ambiental – RGSA*, v. 3, n. 1, p. 105-120, jan./abr. 2009.
- VEIGA, J. E. *Desenvolvimento sustentável – desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 200 p.
- VIEIRA, T. M. P.; LIMA, G. B. A.; BARROS, S. R. S. Proposta de indicadores de sustentabilidade para o setor de distribuição de combustíveis: o caso da Petrobrás Distribuidora. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 28., 2008, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ENEGEP, 2008.
- ZHAO, L. How library used e-resources: an analysis of citation in CCQ. *Cataloging and Classification Quarterly*, v. 42, n. 1, p. 117-131, 2006.